



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

145
E

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0296956-2

COMARCA: Recife

APELANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

APELADOS: Romildo Manoel de Luna e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE RESÍDUO SALARIAL NÃO RECEBIDO EM VIDA PELO TITULAR. NÃO INCIDÊNCIA DE ICD. SÚMULA Nº 25/TJPE. APELO IMPROVIDO. 1. Não tendo havido prejuízo que justificasse o seu acolhimento, foram rejeitadas as questões preliminares suscitadas pela douta Procuradoria de Justiça no tocante à ausência de (a) intervenção ministerial em primeiro grau de jurisdição e (b) de manifestação do co-herdeiro interessado. 2. Quanto à discussão de mérito, aplicou-se à espécie a Súmula nº 25 deste Tribunal, segundo a qual "*Não incide o imposto de transmissão causa mortis sobre resíduo salarial, nem sobre saldos de FGTS, PIS ou PASEP, não recebidos em vida pelo titular*", ressalvado o entendimento pessoal do relator no sentido de que, seja em casos de arrolamento sumário, seja em procedimentos de jurisdição voluntária que visem à expedição de alvarás autorizativos de levantamento de resíduos de natureza salarial, não há que se controverter – nem tampouco decidir – a respeito da incidência ou não de ICD, porquanto matéria estranha àqueles procedimentos. 3. Apelação improvida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0296956-2, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de mai. de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

1402



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0296956-2
COMARCA: Recife
APELANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)
APELADOS: Romildo Manoel de Luna e Outros
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta pelo **Estado de Pernambuco** contra a sentença proferida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Comarca da Capital, que, no âmbito do **Alvará Judicial** nº 0055869-14.2011.8.17.0001, deferiu o pedido ali formulado, fazendo-o nos seguintes termos:

“ROMILDO MANOEL DE LUNA, ROMILDO MANOEL DE LUNA JÚNIOR E CYNTIA CRISTINA DE LUNA, ambos já qualificados nos autos, através de advogado regularmente habilitado, requereram a expedição de ALVARÁ JUDICIAL, tendo em vista os motivos e fundamentos expostos na exordial.

Trata-se de requerimento para expedição de alvará judicial, visando proceder à liberação de saldo de pensão junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, não recebido em vida por Maria de Lourdes Gouveia da Silva, falecida aos 15.05.2003 (certidão de óbito Asa fls. 10).

A falecida deixou dois filhos, Antônio Carlos Francisco da Silva e Tereza Cristina, falecida aos 25 de julho de 2008 (certidão de óbito às fls. 11), deixando como herdeiros os requerentes da presente ação.

Declarações de inexistência de outros bens a inventariar apresentada pelos requerentes às fls. 16/20/24.

Junta e instrui os autos com os documentos necessários.

Petição de fls. 43 requerendo a habilitação do herdeiro Antônio Carlos Francisco da Silva e a liberação de 50% (cinquenta por cento) do valor retido junto ao TRT 6ª Região, ante a existência de alvará emitido pela 1ª Vara de Sucessões e Ausência da Comarca de Belo Horizonte/MG autorizando o levantamento do referido montante (fls. 49).

Despacho de fls. 66 determinando expedição de ofício junto ao TRT- 6ª Região solicitando a liberação da parcela de 50% (cinquenta por cento) do saldo deixado por falecimento de Maria de Lourdes Gouveia da Silva em favor do herdeiro Antônio Carlos Francisco da Silva.

Ausência de interesse público a justificar a intervenção do Ministério Público.

É entendimento predominante do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que a natureza do *quantum* pleiteado isenta da incidência tributária, isto porque a verba a título de resíduo salarial não constitui herança, não constitui patrimônio, não há incidência do imposto de transmissão causa mortis. Em consonância do este entendimento, reconheço a não incidência do ICD sobre a verba pleiteada nos presentes autos.

É o relatório. Decido.

In casu, observo que as partes são legítimas e está bem representada, estando presentes os pressupostos autorizadores da concessão da ordem pleiteada.

Isto posto e tudo mais do que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido a que alude a inicial e, por conseguinte, determino inicialmente a expedição do competente alvará autorizando ROMILDO MANOEL DE LUNA JÚNIOR, brasileiro, portador do CPF nº.

141u



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

024.921.254-40 a levantar junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região o valor de 634,16 (seiscentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos) do saldo de pensão não recebido em vida por Maria de Lourdes Gouveia da Silva, falecida aos 15.05.2003, para pagamento das custas processuais de fls. 89.

Após a juntada do pagamento das referidas custas processuais, expeça-se alvará autorizando TATIANA SAMPAIO LUNA, OAB/PE nº 26.483, a receber 10% (dez por cento) do saldo de pensão junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, referente aos honorários advocatícios.

Depois do recebimento da advogada, expeça-se alvará autorizando ROMILDO MANOEL DE LUNA, brasileiro, portador do CPF nº. 102.678.164-72, ROMILDO MANOEL DE LUNA JÚNIOR, brasileiro, portador do CPF nº. 024.921.254-40 e CYNTIA CRISTINA DE LUNA, brasileira, portadora do CPF nº 031.728.334-02 a proceder à liberação de saldo de pensão junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, não recebido em vida por Maria de Lourdes Gouveia da Silva, falecida aos 15.05.2003.

Publique-se, registre-se, intime-se. (...) Fls. 90/91.

Inconformada, a Fazenda Estadual apelante alega, em suma, que: (i) a sentença combatida teria outorgado isenção tributária em oposição à legislação de regência, especialmente em face do disposto nos arts. 111, II, do CTN, 151, III, e 155, I, da Constituição Federal, e 1º, III, da Lei Estadual nº 10.260/89 (que instituiu o imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação em Pernambuco); (ii) *“quando surgiu o direito às verbas ainda existia a de cujus, titular das mesmas. O direito estava no seu patrimônio e poderia ser transmitido aos seus herdeiros”* (fl. 100).

Sob essa perspectiva, pugna pelo provimento do apelo, a fim de que, reformada a sentença em foco, sejam remetidos os autos à instância originária para a apuração do imposto *causa mortis* incidente sobre todos os valores deixados pela *de cujus*.

Contra-razões às fls. 110/123, pela confirmação da sentença impugnada.

A douta Procuradoria de Justiça suscita a ocorrência de nulidades processuais, ante a ausência de (i) intervenção ministerial em primeiro grau de jurisdição e (ii) de manifestação do herdeiro interessado, o Sr. Antônio Carlos Francisco da Silva (*vide* a sentença). No mérito, opina pelo improvimento do apelo fazendário (fls. 134/137).

É o breve relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 04 de abril de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0296956-2

COMARCA: Recife

APELANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

APELADOS: Romildo Manoel de Luna e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, peço licença para rejeitar as supostas nulidades arguidas pela douta Procuradoria de Justiça.

É que, por um lado, a ausência de intervenção ministerial não conduz, neste caso, à declaração de nulidade, seja por estar-se diante de procedimento especial de jurisdição voluntária (cf. STJ - REsp 21.585/PR e art. 5º, I, da Recomendação nº 16/2010, do CNMP) – no qual todos os interessados são capazes e estão representados nos autos –, seja porque o Ministério Público teve oportunidade de opinar sobre o mérito da causa, o que fez por meio da Procuradoria de Justiça com assento neste Tribunal.

Quanto à necessidade de intervenção do herdeiro Antônio Carlos Francisco da Silva, note-se que o procedimento em foco destina-se ao levantamento somente da quantia que tocava à Sra. Tereza Cristina Francisca de Luna (metade do saldo existente junto ao TRT da 6ª Região), ficando preservada a cota (a outra metade) devida ao seu irmão, o herdeiro Antônio Carlos (cf. fls. 02/05 e 31/33), que, inclusive, interveio nos autos.

De fato, vê-se nos autos que o herdeiro Antônio Carlos, domiciliado em Belo Horizonte/MG, manejou, naquela Comarca, outro pedido de alvará, com o escopo de levantar a sua parte do mencionado saldo (cf. fls. 43/49), razão pela qual o Juízo da 5ª Vara de Sucessões desta Capital, ciente desse fato por iniciativa do herdeiro em tela, determinou fosse oficiado o TRT/6ª, informando o desinteresse na retenção da parte que tocava ao referido herdeiro, bem assim solicitando a liberação da parcela que lhe era devida, em cumprimento ao alvará expedido pelo Juízo mineiro (cf. fls. 66/67).

Em suma, incorrendo quaisquer prejuízos, afasto as nulidades apontadas pelo Ministério Público e passo, em sucessivo, ao exame do apelo fazendário.

Pois bem. Em casos do gênero, tenho sustentando o seguinte entendimento:

“Tenho por fundamental, de proêmio, distinguir a hipótese de não-incidência de ICD (ou ainda de isenção), da hipótese de inexigibilidade do imposto no âmbito do procedimento de arrolamento, ou na expedição de alvará para levantamento das verbas de natureza salarial não recebidas em vida, de que trata a Lei Federal nº 6.858/80.

1417
e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Com efeito, o ICD é um imposto de competência estadual cuja regra-matriz de incidência, nos termos do art. 155, I, da Constituição Federal, é a 'transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos'.

Dai o Superior Tribunal de Justiça ter assinalado que 'o fato gerador do imposto causa mortis dá-se com a transmissão de propriedade ou de quaisquer bens e direitos e ocorre no momento do óbito' (REsp 679.463/SP, Rel. Min. Castro Meira, j. 14.12.2004).

Assim, da literal disposição constitucional, percebe-se que todos os bens e direitos, de toda e qualquer natureza, inclusive as verbas de natureza salarial, não recebidas em vida pelo de cujus, são suscetíveis, em tese, de incidência do ICD.

Isso porque tais verbas constituem patrimônio (expresso em dinheiro), as quais, não obstante as mais das vezes serem de pequeno valor, podem eventualmente consubstanciar quantias vultosas.

Todavia, não obstante apanhados, em tese, pela regra-matriz de incidência do ICD, também é certo que o imposto correspondente a esses saldos de natureza salarial não é de ser exigido dos contribuintes respectivos em processos de arrolamento sumário, ou em pedidos de alvará para levantamento dos mesmos, nos moldes da Lei Federal nº 6.858/80, casos em que o imposto deverá ser objeto de lançamento administrativo, independentemente de controle judicial prévio.

Com efeito, o art. 1.034 do Código de Processo Civil dispõe, verbis:

'No arrolamento não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão de propriedade dos bens do espólio'.

Logo, em sede de arrolamento, ou de expedição de alvará, descabe perquirir acerca da incidência, ou não, do ICD, ou de sua exigibilidade por parte da Fazenda Pública, porquanto essa questão deverá ser enfrentada e dirimida em sede administrativa, sem prejuízo – é claro – de subsequente apreciação judicial, em via própria, distinta, se for o caso.

O entendimento aqui realçado harmoniza-se perfeitamente, a meu sentir, à regra contida no art. 1º da Lei Federal nº 6.858/80, que assevera:

'Art. 1º. Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social, ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento.'





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Deveras, a lei federal em tela não afirma que esses resíduos salariais são insuscetíveis de tributação pelo ICD (nem poderia dizê-lo, aliás, por faltar competência legislativa à União Federal para isentar ou estabelecer hipótese de não-incidência de imposto de competência dos Estados-membros).

O dispositivo em lume tão-somente estatui que, em se tratando de resíduos de natureza salarial, o respectivo pagamento deve ser feito independentemente de inventário ou arrolamento, à vista de alvará judicial, o qual, à toda obviedade, terá a função de certificar quem tem, concretamente, o direito de receber os resíduos, em ordem a assegurar a legitimidade do seu pagamento.

Tenho, por conseguinte, que, seja em casos de arrolamento sumário, seja em procedimentos de jurisdição voluntária que visem à expedição de alvarás autorizativos de levantamento de resíduos de natureza salarial, não há que se controverter – nem tampouco decidir – a respeito da incidência ou não de ICD, porquanto matéria estranha àqueles procedimentos.

Visto isso, observo que, ao declarar a 'isenção' do ICD na hipótese dos autos - em sede de procedimento de jurisdição voluntária - o Julzo a quo em verdade apreciou, de ofício, questão relativa a lançamento de tributo, tangenciando, no ponto, a diretriz inserta no art. 1.034 do CPC.

Nesses termos, tenho por injurídica a assertiva, posta na sentença a quo, de que os valores em tela restariam 'isentos' de ICD, questão estranha, segundo penso, ao procedimento em foco."

Sucedendo que, a par do meu posicionamento pessoal, este egrégio Tribunal adotou, por amplíssima maioria, entendimento diverso, avançando sobre o tema para assentar, mesmo em sede de alvará judicial, que não incide o imposto de transmissão *causa mortis* sobre resíduo salarial não recebido em vida pelo titular.

Nessa linha:

"CIVIL E TRIBUTÁRIO. PEDIDO DE ALVARÁ. RECEBIMENTO DE RESÍDUOS SALARIAL. APELAÇÃO INTERPOSTA PELA FAZENDA PÚBLICA. HIPÓTESE DE NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS. NÃO SE TRATA DE ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. VERBA EM REFERÊNCIA SUBMETIDA AO DESCONTO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE. RECURSO IMPROVIDO.

- Não incide o imposto de transmissão *causa mortis* sobre resíduo salarial recebido por viúva, em razão de se tratar de verba alimentar, não se constituindo em um bem patrimonial, além da verba em referência se submeter ao desconto do imposto de renda na fonte, afigurando-se ilegal a incidência do tributo pretendido pela Fazenda Pública, pela ocorrência de bi-tributação.

- A sentença não conferiu isenção tributária à apelada, mas tão somente reconheceu a não incidência do tributo em referência.

- Improvimento do apelo. Decisão unânime."

149
6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(Apelação Cível nº 0093507-3, Rel. Des. Márcio Xavier, 5ª Câmara Cível, DJ de 02/12/2004; no mesmo sentido, da mesma Câmara e de relatoria do Des. Leopoldo Raposo, cf. AC 0122904-9, DJ de 30/07/2005).

“CIVIL E TRIBUTÁRIO - PEDIDO DE ALVARÁ - RECEBIMENTO PELA HERDEIRA DE RESÍDUO SALARIAL DEIXADO EM FAVOR DE SUA FALECIDA IRMÃ, EX-SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL - ATO SENTENCIAL HOSTILIZADO PELA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL NÃO TRATA DE ISENÇÃO TRIBUTÁRIA - A HIPÓTESE DOS AUTOS CUIDA-SE DE NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO EM FOCO - NÃO INCIDE O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO ‘CAUSA MORTIS’ SOBRE RESÍDUO SALARIAL - VERBA EM REFERÊNCIA JÁ SE SUBMETE AO DESCONTO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE - RECURSO IMPROVIDO.

I) - Não incide o imposto de transmissão *causa mortis* sobre resíduo salarial recebido por herdeiro, em razão de se tratar de verba alimentar, não se constituindo em um bem patrimonial, além da verba em referência se submeter ao desconto do imposto de renda na fonte, afigurando-se ilegal a incidência do tributo pretendido pela Fazenda Pública pela ocorrência de bi-tributação. D'outra banda, o ato sentencial vergastado não conferiu isenção tributária à Apelada, mas tão somente reconheceu a não incidência do tributo em referência.

II) - Convergentemente, foi negado provimento ao apelo.”

(Apelação Cível nº 0085882-6, Rel. Des. Siqueira Campos, 6ª Câmara Cível, DJ de 23/05/2003; no mesmo sentido, da mesma Câmara e relatoria, cf. AC 0082874-2, DJ de 28/08/2003).

De fato, esse entendimento está cristalizado na **Súmula nº 25** desta Corte:

“Não incide o imposto de transmissão *causa mortis* sobre resíduo salarial, nem sobre saldos de FGTS, PIS ou PASEP, não recebidos em vida pelo titular”.

Por fim, não custa mencionar que a nova legislação estadual que regula a matéria já prevê a isenção do ICD, quando for o caso de “*valor, não recebido em vida pelo ‘de cujus’, correspondente a remuneração, rendimento de aposentadoria ou pensão, honorário, PIS, PASEP ou FGTS, mencionados na Lei Federal nº 6.858, de 24 de novembro de 1980*” (art. 3º, XVII, da Lei Estadual nº 13.974/2009).

Ante o exposto, seja em razão da impertinência da pretensão fazendária (à luz dos limites inerentes ao procedimento de expedição de alvará), seja por força do conteúdo da Súmula nº 25/TJPE (cuja diretriz há de ser observada, em homenagem à função uniformizadora da jurisprudência), **nego provimento ao apelo.**

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
 Relator